

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – IES

VALDENI ARAUJO DA SILVA¹
ANTONIO CARLOS RIBEIRO DA SILVA²

RESUMO

O artigo realiza um estudo sobre as questões relativas à responsabilidade social de organizações na nova economia. Trata-se de um estudo bibliográfico que percorre áreas do conhecimento como a teoria da administração, gestão estratégica, política, economia e sociologia, mostrando a contribuição desses saberes para a análise de como as Instituições de Ensino Superior – IES se organizam e buscam alcançar seus objetivos ao mesmo tempo em que exercem de forma cotidiana a prática da responsabilidade social. O artigo apresenta o panorama em que estão inseridas as organizações humanas na história em curso, ou seja, nas sociedades que utilizam de forma intensiva as tecnologias da comunicação e informação – TIC e, como estão se adequando aos novos tempo. Para tanto são discutidos alguns dos fenômenos mais importantes ao debate como a sociedade da informação, metáforas da administração, redes de relacionamento e responsabilidade social das corporações. Fica claro que o contexto externo às empresas acaba por definir seus processos internos, com a revolução tecnológica ocorre o mesmo. A globalização da economia e o uso extraordinário do conhecimento na produção de produtos e serviços acabam por definir a nova economia. Nessa economia as organizações são exigidas em flexibilidade, criatividade e adaptabilidade aos constantes desequilíbrios dos cenários externos a elas. As IES se inserem nesse contexto de forma muito particular, já que lidam com a produção do conhecimento e sua disseminação, necessitam elaborar uma cultura organizacional que lhes confira características indispensáveis para alcançarem seus objetivos e metas.

Palavras-chave: Responsabilidade social; Cultura organizacional; Nova Economia; Revolução Tecnológica; Administração.

ABSTRACT

The article carries through a study on the relative questions to the social responsibility of organizations in the new economy. The contribution of these is about a bibliographical study that covers areas of the knowledge as the theory of the administration, strategical management, politics, economy and sociology, showing to know for the analysis of as the Institutions of Superior Education - IES if organize and search to reach its objectives at the same time where they exert of daily form the practical one of the social responsibility. The article presents the panorama where the organizations are inserted human beings in history in course, that is, in the societies that use of intensive form the technologies of the communication and information - TIC and, as they are if adjusting to new the time. For in such a way some of the phenomena most important to the debate are argued as the society of the information, metaphors of the administration, nets of relationship and social responsibility of the corporations. It is clearly that the external context to the companies finishes for defining its internal processes, with the technological revolution occurs the same. The globalization of the economy and the extraordinary use of the knowledge in the production of products and services finish for defining the new economy. In this economy the organizations are demanded in flexibility, creativity and adaptabilidade to the constant disequilibria of the external scenes they. The IES if insert in this context of very particular form, since they deal with the production of the knowledge and its dissemination, need to elaborate a organizacional culture that confers them indispensable characteristics to reach its objectives and goals.

Keywords: Social responsibility; Organizacional culture; New Economy; Technological revolution; Administration.

¹ Especialista em Contabilidade, Professora da Fundação Visconde de Cairu

² Doutor em Contabilidade, Professor da Fundação Visconde de Cairu, UNEB, UFBA, Ex Presidente do Conselho Estadual de Contabilidade

INTRODUÇÃO

A revolução tecnológica, como todas as mudanças profundas que a antecederam, além das rupturas imediatas com o que já estava há muito estabelecido e consolidado foi fundamental para a construção de todo o processo histórico subsequente permitindo que fenômenos como a globalização se tornassem efetivos dando origem a uma nova etapa do desenvolvimento capitalista. As repercussões produzidas pela revolução tecnológica se fizeram sentir, com grande velocidade em múltiplas atividades humanas, em um lapso de tempo muito inferior ao que foi necessário à Revolução Industrial.

O que importa observar é que nas diversas áreas do conhecimento humano desenvolveram-se novos aparatos tecnológicos, que os sistemas produtivos do capitalismo souberam tirar proveito dessa nova realidade e anexaram aos seus processos as novas tecnologias. Esse processo possibilitou um ciclo virtuoso para o capitalismo, na medida em que novos avanços se davam nas áreas do conhecimento e eram imediatamente trazidos e incorporados ao mundo dos negócios que passava a obter mais lucros em virtude da redução de seus custos com matéria-prima, energia, melhoria de processos, novos materiais etc. Esses lucros tinham parte de seu valor investidos em desenvolvimento de mais e melhores métodos produtivos e tecnologias nos departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D.

O ponto de inflexão na história em que se mudou os conceitos e métodos construídos durante o longo período da Revolução Industrial e marca o começo da caminhada rumo à Revolução Tecnológica, parece coincidir com a crise do sistema capitalista na década de 1970,

Em 1971, o dólar se distanciou do ouro; seguiu-se o primeiro embargo do petróleo árabe em 1973, o Acordo Plaza, que desvalorizou o dólar em relação ao iene e a ascensão dos setores de produtos eletrônicos e de automóveis japoneses – que teve grande ajuda da inteligente apropriação da tecnologia e das pesquisas norte-americanas por parte das empresas japonesas. A Era Industrial estava morrendo e, embora poucos reconhecessem isso, algo novo estava lutando para vir ao mundo. (STEWART, 1998, p. 7).

De modo gradual o conhecimento passou a fazer parte dos produtos e serviços, em um primeiro momento de modo tímido, garantindo-lhes mais qualidade,

o que era bom para os consumidores que viam satisfeitos o atendimento de suas expectativas e, garantiam lucros crescentes para os empreendimentos. Os momentos históricos que se sucederam desde então fizeram com que se caminhasse de maneira inexorável para uma sociedade em que o nível de utilização de recursos tecnológicos é crescente, mesmo convivendo-se com o aumento da pobreza mundial e a concentração da riqueza os países do primeiro mundo, de tal forma que não se fala mais em Revolução Industrial, essa é apenas um referencial na história, hoje se está na “Era da Informação” e a economia é a do “Conhecimento”.

O presente estudo procura compreender de que maneira as organizações têm lidado com a responsabilidade social e atuado nas sociedades buscando minimizar os passivos sociais, econômicos e ambientais. Essas ações, de responsabilidade social das corporações, não escapam ao contexto histórico em que estão inseridas as organizações, especialmente com o surgimento da nova realidade, a “Economia do Conhecimento” e como os novos paradigmas da ciência da administração respondem aos desafios postos diante de todas.

ORGANIZAÇÕES: o contexto tecnológico atual

É indissociável a história das organizações humanas, dentro todas aqui se trata mais especificamente das que têm como objetivo a produção de bens e serviços, da história e evolução das tecnologias. A ocorrência ou o desenvolvimento das tecnologias determina os caminhos históricos seguidos pela humanidade no transcurso de sua trajetória,

Sendo um aspecto fundamental da natureza humana, a tecnologia moldou de modo decisivo as sucessivas eras da civilização. Com efeito, é pela tecnologia que nós caracterizamos os grandes períodos da civilização humana – a Idade da Pedra, a Idade do Bronze, a Idade do Ferro, a Era Industrial e a Era da Informática (CAPRA, 2003, p. 104)

O papel de destaque que as tecnologias exercem sobre o homem alcança e conforma outras dimensões da existência humana. As organizações, qualquer que seja sua natureza, se configuram e desenvolvem muito em função das tecnologias de que são dependentes e, isso produz um certo modo de fazer e realizar os processos. A forma de resolução de seus desafios, no caso das mudanças externas às organizações as quais devem se adaptar cria um conjunto de saberes, procedimentos e soluções cognitivas que acabam por apresentar características muito específicas e únicas para uma dada organização.

No mundo contemporâneo as organizações têm sido exigidas intensamente a responderem com capacidade de adaptação e criatividade para absorverem e se ajustarem de forma competitivas às mudanças que ocorrem cotidianamente em seus ambientes internos e externos. Essas demandas têm contribuído para a manifestação, de forma mais clara, da natureza dual das organizações, que de um lado são entes dotados da objetivos e fins muito materiais, o lucro e, de outro representam o espaço de convergência e interação de pessoas em contínuo relacionamentos. Essa dualidade acaba por determinar, em certos momentos, a rigidez das organizações em se adaptarem às transformações nos seus lugares de competitividade. Assim os empreendimentos humanos destinados à produção de bens e serviços

[...] são instituições criadas em vista de objetivos específicos, como os de ganhar dinheiro para os acionistas, administrar a distribuição do poder político, **transmitir conhecimento** ou disseminar uma fé religiosa. Ao

mesmo tempo, as organizações são comunidades de pessoas que interagem umas com as outras para construir relacionamentos, ajudar-se mutuamente e tornar significativas as suas atividades cotidianas num plano pessoal (CAPRA, 2003, p. 111, grifo nosso).

Essas características das organizações colocam, como apontado, diante delas o desafio de se adaptarem a modificações no ambiente em que estão inseridas de forma a continuarem competitivas e sobreviverem em sua área da atividade. Todos os conceitos de competitividade se encaixam em desempenho ou eficiência. Como desempenho, entende-se o resultado, a eficácia, e se expressa na participação alcançada por uma firma em um mercado em um momento do tempo.

A chamada variável ex-post, depois, é a que sintetiza os fatores preço e não preço, qualidade dos produtos e de fabricação, a habilidade de servir ao mercado e a capacidade de diferenciação de produtos.

Como eficiência se percebe que é a conduta, ou a forma de trabalho, traduzida através da relação insumo-produto praticada pela firma, ou seja, pela capacidade da empresa de converter insumos em produtos com o máximo de rendimento, superando os concorrentes no que se refere a preços, qualidade, tecnologia, salários e produtividade.

O conceito de competitividade deve levar em consideração outros fatores como as dinâmicas observadas no mundo contemporâneo. Assim, a competitividade será vista no presente estudo como a capacidade da empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado. Duas questões se destacam, na história em curso, quanto a inserção das organizações em seus nichos de competição, seu caráter dual, já “[...] que a empresa é uma entidade jurídica e econômica; mas, por outro lado, ela também parece, em certo sentido, viva” (CAPRA, 2003, p. 117) e, a ocorrência do fenômeno das sociedades tecnológicas a partir da Revolução Tecnológica, ainda em curso.

Esse fenômeno, o da Revolução Tecnológica, engendrou profundas modificações nas sociedades contemporâneas e, de todas que são observáveis a constituição de uma nova economia interessa à tese em desenvolvimento. Para alguns se trata de uma nova era para a economia e para a sociedade. Um momento em que as técnicas da informação e da comunicação, aliadas a um lastro de

conhecimento propiciam avanços significativos para a humanidade em todas as suas instâncias.

Uma nova revolução da informação está em andamento. Ela começou nas empresas , com informações de negócios , mas seguramente irá engolfar todas as instituições da sociedade e mudará radicalmente o significado de informação tanto para organizações como para indivíduos. Não é uma revolução em tecnologia , maquinário , técnicas , software ou velocidade , mas sim em conceitos. Ela não está acontecendo em Tecnologia da Informação (TI) , nem em Sistemas de Informações Gerenciais (SIG) , e nem sendo liderada por Diretores de Informações (DIs). Ela é conduzida por pessoas que a indústria da informação tende a desprezar: os contadores (DRUCKER, 1999, p. 135).

Em sua natureza essa nova economia traz como suas características fundamentais os vieses informacional e global. Interligadas, essas duas dimensões garantem ao fenômeno da economia fundamentada na tecnologia e no conhecimento, as bases materiais para esse novo estágio do sistema capitalista. O caráter informacional está relacionado à capacidade das organizações em se apropriarem da informação e a transformarem em conhecimento que passa a se constituir em diferencial competitivo, ou seja, a nova economia “É **informacional** porque a produtividade e a competitividade de unidades e agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) depende basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos” (CASTELLS, 1999, p. 87).

É evidente que a informação e o conhecimento sempre permearam os processos de produtividade e competitividade ao longo da história do capitalismo, contudo, é na história em curso que se apresentam como elementos determinantes. Na verdade o surgimento das tecnologias da informação e comunicação criou as condições materiais para a transposição para um modelo de economia em que conhecimento e informação correspondem ao maior valor agregado aos produtos e serviços e, conseqüentemente o aumento da riqueza. O advento das tecnologias da comunicação e informação – TIC, não só estabelecem o caráter informacional da nova economia, como também definem seu caráter global. Com o uso intensivo das TIC ocorrem os fenômenos de contração das distâncias e do tempo e os agentes passam a atuar em lugares diversos. Simultaneamente, a nova economia é global

[...] porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em

escala global, diretamente, ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos (CASTELLS, 1999, p. 87).

Esses fenômenos, a ocorrência das sociedades da informação e a globalização da economia ocorrem independentemente um do outro, vinculados apenas ao domínio das técnicas e tecnologias do silício. Contudo, na nova economia, são complementares. Isso se dá em função do momento histórico por que passa o capitalismo com modificações evidentes na base material desse processo civilizatório, logo a convergência do caráter informacional e global de nova economia se constitui em mais uma de suas dimensões, já que “[...] sob novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação” (CASTELLS, 1999, p. 87).

Parece desnecessário apontar para as implicações que os fenômenos discutidos até aqui, têm sobre todas as instancias da vida humana e mesmo sobre o planeta. Os fenômenos da revolução tecnológica, da globalização da economia, do surgimento das sociedades da informação e da comunicação e a manifestação das premissas do capital de forma planetária, evidenciando seu caráter expansionista e global, não permitiram que nada escapasse aos seus efeitos, isso é mais verdadeiro quando se analisam as organizações humanas qualquer que sejam suas atividades e objetivos.

No transcurso dos últimos vinte anos, período de maior intensidade de manifestação dos fenômenos, as organizações viram-se diante da necessidade imperiosa de desenvolverem ações de responsabilidade social corporativa com o objetivo de se inserirem de forma mais efetiva nas comunidades. Essa nova atuação das organizações buscou por um lado minimizar os impactos que suas atividades por ventura viessem produzir sobre determinada sociedade e, por outro necessidade ocupou o espaço deixado vago pelos Estados Nacionais, já que esses perderam terreno com a prevalência do neoliberalismo e passaram a existir como elaboradores de políticas públicas compensatórias o que deu origem ao Estado mínimo. Os desdobramentos recentes, também em escala planetária, deixam claro que a teoria do mercado regulador é insustentável e o Estado Nacional voltou a assumir seu papel de regulador e interventor na economia. Isso, contudo, reforça a indispensável atuação das organizações através de suas políticas de responsabilidade social. É o que se discutirá no decorrer desse artigo.

METÁFORAS DA ADMINISTRAÇÃO: uma nova perspectiva para as organizações¹

Como dito, as organizações humanas não passaram impunes às transformações do mundo. Tanto no espaço empírico quanto no teórico as organizações têm vivenciado novas alternativas. Teorias povoam o ambiente das ciências da administração, novos paradigmas são apresentados e a adesão, ou não, a eles está diretamente vinculada à capacidade de resolver os problemas tangíveis que ocorrem no interior das organizações.

Dentro de todos os modelos que procuram compreender o fenômeno da administração das organizações, o que o aborda através da identificação de metáforas é o que servirá de referencial para o debate em curso. A apropriação desse modelo se deve ao fato de ser uma abordagem contemporânea e que simultaneamente considera importantes aspectos da cultura organizacional, redes sociais e comunidades de práticas, conceitos que serão apresentados nesse tópico. Soma-se a isso o fato de que “O veículo da organização e da administração é a metáfora. **A teoria e a prática da administração são moldadas por um processo metafórico que influencia praticamente tudo o que fazemos**” (MORGAN apud CAPRA, 2003, p. 113, grifo nosso).

Nesse modelo a administração das organizações é associada a representações metafóricas que guiam o modo de se alcançar os objetivos, metas financeiras e a distribuição da riqueza. Nesse paradigma metafórico são apresentadas várias possibilidades que representam o modo de condução das organizações. É evidente que esse modo de condução dos processos produtivos está fortemente vinculado à estrutura organizacional e à sua cultura. As principais metáforas associadas ao “jeito” de administrar “[...] são as da organização como máquina (voltada para o controle e eficiência), como organismo (desenvolvimento e adaptação), como cérebro (aprendizagem organizativa), como cultura (valores, crenças), e como sistema de governo (conflitos de interesse e poder)” (CAPRA, 2003, p. 114). No caso do estudo de organizações voltadas para a produção e disseminação do conhecimento a metáfora que mais se associa a esse tipo de organização e ao modo como são administradas é a da organização como organismo.

¹ Esse texto se baseia nos escritos de Capra (2003).

É pertinente destacar que embora se pense em considerar a metáfora da máquina (voltada para o controle e eficiência) como a mais desejável, ela não representa uma forma de administração coerente com o ambiente exógeno observado hoje no mundo, de tal modo que

A metáfora da máquina não deixa espaço para adaptações flexíveis, para o aprendizado e para a evolução, e não há dúvida de que as empresas administradas de maneira puramente mecânica simplesmente não têm condições de sobreviver no ambiente econômico de hoje em dia, que é complexo e orientado para o conhecimento e muda rapidamente (CAPRA, 2003, p. 116).

Em um ambiente competitivo, sujeito a mudanças constantes, com seguidas inovações, é desejável uma organização, ou um modo de configuração e administração, mais flexível com capacidade adaptativa e focada para o desenvolvimento. Isso é tanto mais verdadeiro para as organizações que têm por objetivo a produção do conhecimento, tal como as instituições de ensino superior. O modo de administração e, portanto, a metáfora que melhor se apresenta para esse desafio é a da organização como organismo.

As características que definem uma organização administrada pelo modelo da metáfora de organismo considera entre outras sua atuação em rede e a constituição de comunidades de práticas. O direcionamento e a opção por estratégias de relacionamento em rede caracterizou-se como uma imposição da economia informacional, fazendo com que grande parte de empresas e organizações ampliassem sua rede de relações como fornecedores, consumidore/clientes, parceiros, governos entre outros. Essa nova economia acabou por construir nas organizações, inclusive as de ensino superior, a necessidade

[...] pelo desenvolvimento de uma nova lógica organizacional que está relacionada com o processo de transformação tecnológica, mas não depende dele. São a convergência e a interação entre um novo paradigma tecnológico e uma nova lógica organizacional que constitui o fundamento histórico da economia informacional (CASTELLS, 1999, p. 87).

Esse novo fazer das organizações está vinculado ao advento e às conseqüências das sociedades da informação e comunicação, na qual todos estão inseridos, os homens e suas criações. Nessa sociedade se tem observado que a economia passa a ser estruturada em função “[...] de fluxos de informação, poder e riqueza, nas redes financeiras internacionais” (CAPRA, 2003, p. 118). Logo parece

que é inevitável que as organizações se estruturarem em rede para que possam atuar em locais diferentes e tirar proveito da flexibilidade, inovações e competitividade que emergem desse modelo de estrutura capilar. Em uma rede ocorrem similaridades entre os que participam associada a busca de objetivos comuns, o que acaba por conduzir a estrutura em rede a uma nova estratégia competitiva, “Uma estratégia em rede são as ações relacionadas à aliança posta em prática por um grupo de firmas inter-relacionadas para servir aos interesses comuns de todos os sócios” (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2002, p. 384).

A configuração de relações em rede parece ser uma característica das organizações contemporâneas, poucas arriscam existir fora desse modelo, [...] as redes tornaram-se um dos principais fenômenos sociais do nosso tempo (CAPRA, 2003, p. 118). Não cabe nesse artigo um aprofundamento sobre a estruturação de empresas a partir de redes de trabalho, esse tema merece, certamente, um aprofundamento que só em texto específico para fazê-lo, contudo, as organizações que são administradas pelo modelo metafórico de uma organização viva não podem prescindir de tal forma de relação com outros agentes, isso porque “[...] os sistemas sociais vivos são redes autogeradoras de comunicação. Isso significa que uma organização humana só será um sistema vivo se for organizada em rede ou contiver redes menores dentro dos seus limites” (CAPRA, 2003, p. 117).

As redes, portanto, nas “organizações vivas” ocorrem tanto no ambiente interno quanto no externo. As redes internas são formuladas muito em função da cultura organizacional e das estruturas de comunicação que nelas existem

Cada comunicação gera pensamentos e um significado, os quais dão origem a novas comunicações. Desta maneira, a rede inteira gera a si mesma, produzindo um contexto comum de conhecimentos, regras de conduta, um limite e uma identidade coletiva para os seu membros (CAPRA, 2003, p. 119)

Assim acabam por fazer ou refazer as alianças entre os que operam no interior da organização, [...] e são constituídas dentro de uma companhia para facilitar a coordenação de produto e diversidade global” (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2002, p. 386).

No caso específico de organizações de ensino superior, ou seja, voltadas para a educação e a produção de novos saberes, é particularmente necessário a

construção de redes de trabalho tanto internas quanto externas à organização. Na verdade as instituições de ensino apresentam-se como comunidades de prática

À medida que, no decorrer do tempo, as pessoas dedicam-se a um empreendimento conjunto, acabam por desenvolver uma prática comum, ou seja, maneiras determinadas de fazer as coisas e de relacionar-se entre si, que permitem que atinjam seu objetivo comum. Com o tempo a prática resultante torna-se um elo que liga de maneira evidente as pessoas envolvidas (WENGER apud CAPRA, 2003, p. 119).

As comunidades de práticas, nascidas pelos laços de comunicação entre os diversos sujeitos que atuam nas organizações, são, de modo geral, uma manifestação mais complexa e adequada à nova economia da cultura organizacional, que pode ser pensada como “[...] um complexo conjunto de ideologias, símbolos e valores centrais, que é compartilhado em toda a firma e que influencia a maneira pela qual ela realiza os negócios” (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2002, p. 504).

Como fica claro, as comunidades de prática incorporam todo o conjunto de valores, ideologias e símbolos que compõem a cultura organizacional, passando a ser uma forma de representação das organizações vivas, “Em outras palavras, a vida em uma organização reside em sua comunidade de prática” (CAPRA, 2003, p. 121), isso é tanto mais verdadeiro quando o objeto a ser observado é uma instituição de ensino superior, onde a ocorrência de projetos multidisciplinares e transdisciplinares contribuem em muito para uma intensa comunicação interna e a cristalização de um método de produção do saber.

A forma de administração das Instituições de Ensino Superior – IES tem muita similaridade com a metáfora das organizações vivas e, as características das IES proporcionam a elas flexibilidade, capacidade criativa e adaptabilidade para que cumpram seus objetivos institucionais, que traz imamente a eles elevado grau de responsabilidade social, que são via de regra a formação de contingentes de profissionais e o retorno para a sociedade de soluções nascidas da produção científica das IES.

RESPONSABILIDADE SOCIAL: temas para a avaliação das IES

Ao longo da história do capitalismo, serve como referência histórica o século XVI como marco da substituição do feudalismo, como modo de produção pelo sistema capitalista. Observou-se de forma muito clara a intensificação de suas premissas, a reprodução e acumulação acelerada e a busca de um mercado global, “Como um sistema vivo em constante expansão, o capitalismo existe a cerca de 500 anos. Sempre foi internacional em seu escopo e durante os dois ou três últimos séculos alcançou dimensões globais” (IANNI, 2001, p. 54).

Diferentemente do que se costuma observar no discurso dos agentes do capital essa história, de acumulação de riquezas e expansão constante, não ocorre de forma tranqüila e sem traumas, na verdade, ao manter sua marcha por novos mercados e pela constante acumulação de riqueza o capitalismo produziu, sem maiores preocupações, e destruição de povos, culturas, ativos ambientais e espíritos. “A gloriosa trajetória do capitalismo, europeização ou ocidentalização do mundo, pode ser vista, também, como uma espécie de **holocausto**” (IANNI, 2001, p. 62, grifo nosso). Essa tendência em produzir passivos sociais e ambientais se intensifica no final do século XX e início do século XXI, culminando com mais uma crise cíclica do capital. Antes da manifestação da crise nos países nucleares do capitalismo – Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Japão, França e Itália, em setembro de 2008, assistiu-se a um período de forte crescimento e acumulação de capital para seus principais agentes, período marcado por uma vigorosa concentração política e econômica em contraste com a contínua degradação de indicadores sociais e ambientais. Foi um período marcado pela globalização da economia, manifestação do neoliberalismo com a reestruturação produtiva e saída do Estado da economia. Um novo fenômeno se apresenta para a humanidade a “nova economia”, caracterizada pelo uso, “O surgimento do informacionalismo nesta final de milênio está entremeado de desigualdade e exclusão social crescentes em todo o mundo” (CASTELLS, 1999a, p. 95).

Em contraposição aos resultados evidentes do processo de produção capitalismo surgem iniciativas entre os seus agentes na busca de mitigar seus efeitos sociais e ambientais executando ações de responsabilidade social e ambiental. Nesse artigo a nomenclatura “responsabilidade social” servirá para

denominar tanto ações de viés social quanto ambiental, entendendo que são imanentes ao termo. É importante destacar que muitos teóricos consideram que o termo responsabilidade social esteja circunscrito apenas a ações sociais. A responsabilidade social se constitui em uma elaboração conceitual da sociologia e diz respeito a um conjunto de valores que são aceitos pela sociedade e, que determinam o comportamento tanto de pessoas quanto de organizações. A responsabilidade social seria, portanto, a assimilação de valores que conduzem o comportamento social pelas organizações Fischer (2002).

Cabe aqui a distinção entre dois conjuntos de valores que representam o ideário de grupos sociais, no caso os valores morais, e os que servem para o conjunto da humanidade. Dessa forma os valores morais dos empresários servem para representar o comportamento deles e se fundamenta um código que os assemelha, “Existem morais de grupos **dentro de uma mesma cultura**: são diferentes a moral do empresário, que visa o lucro, e a moral do operário, que procura o aumento de salário” (BOFF, 1997, p. 92, grifo nosso). É pertinente dar destaque ao aspecto cultural. A cultura de uma sociedade impele em certa medida que a cultura organizacional se configure dentro de certos limites e que seja induzida pelo conjunto cultural da sociedade em que essa organização surgiu.

Um conjunto mais amplo de valores e que conduzem os caminhos de todos é a Ética, “*Ethos* – ética, em grego – designa a morada humana. [...] O ser humano está sempre tornando habitável a casa que construiu para si” (BOFF, 1997, p. 90). A responsabilidade social está vinculada a um comportamento ético que as organizações aceitam e que está como ideário de comportamento para todos, todos os grupos sociais e que baliza a possibilidade de continuidade da civilização.

Dessa forma, aceitando todo o conjunto de comportamento ético indispensável à convivência humana, se pode sustentar que a responsabilidade social é a

Forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (YOUNG, 2009, p. 35).

A partir desse conceito é possível se perceber o destaque que as IES têm na sociedade. Responsáveis pela formação de profissionais de nível superior que atuam nas mais diversas áreas do conhecimento, esse seu objetivo primeiro, e de foram complementar, mas igualmente importante, respondem por parte significativa da produção científica no país, as IES considerando sua cultura organizacional, atuam tanto na dimensão social quanto na ambiental.

Para a compreensão mais inteligível de como as IES implementam ações de responsabilidade social faz-se a utilização de indicadores de Responsabilidade Social Corporativa – RSC definidos pela experiência do Instituto Ethos² de Empresas e Responsabilidade Social. Esses indicadores apontam para os seguintes temas que devem ser verificados para a avaliação de ações de RSC de uma dada organização, são eles:

1. Valores, transparência e governança;
2. Público interno;
3. Meio ambiente;
4. Fornecedores;
5. Consumidores e clientes;
6. Comunidade, e;
7. Governo e sociedade.

É interessante observar que esse conjunto de temas para a avaliação de ações de responsabilidade social verificam diversas dimensões das organizações, tanto internamente – valores, transparência e governança, público interno – quanto externamente – consumidores e clientes, fornecedores, comunidade, governo e sociedade e meio ambiente. Esse modelo de avaliação serve perfeitamente ao conceito de responsabilidade social proposto nesse texto e como referencial para avaliação futura das ações da Fundação visconde de Cairu.

² “O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos, caracterizada como Oscip (organização da sociedade civil de interesse público). Sua missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos oriundos da iniciativa privada, o Instituto Ethos é um polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. É também uma referência internacional nesses assuntos, desenvolvendo projetos em parceria com diversas entidades no mundo todo”. Texto extraído do sítio do Instituto Ethos. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/31/o_instituto_ethos/o_instituto_ethos.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modificações que ocorrem na sociedade, econômicas, políticas, sociais impactam fortemente nas organizações, qualquer que sejam suas natureza e objetivos. O advento de revolução tecnológica que se inicia na década de 1970, aproximadamente, e ainda em curso, repercute fortemente em todas as esferas de atuação humana. Nesse período histórico observou-se, muito em função do desenvolvimento da TIC, o acirramento das premissas do capital, com incidências diretas sobre o mundo empresarial e do trabalho, novos e desafiadores conceitos foram postos diante das ciências sociais.

Como foram apresentados, novos modelos de administração se configuraram a partir das modificações ocorridas fora das organizações e trazidas para seu interior pela força que esses fenômenos apresentam, a cultura, a estrutura e as formas de produção foram repensadas e adequadas ao momento presente. Nesse lapso de tempo, e antes, nos períodos históricos de crescimento do capital, foram acumulados passivos ambientais, culturais e sociais insustentáveis.

A Responsabilidade social das corporações procura construir alternativas para que os passivos deixados no passado possam ser superados gradativamente e, que doravante as organizações possam atuar preventivamente, construindo novos paradigmas de relação com os diversos sujeitos em ação na história.

As IES estão inseridas nessa busca pela construção de uma ética que possa servir para a melhoria contínua das relação entre homens e destes com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. 5.ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

IANNI, Octavio. **Sociedade global**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

STEWART, Thomas A . **Capital intelectual**. Tradução: Ana Beatriz Rodrigues, Priscilla Martins Celeste. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

FISCHER, Rosa Maria. A responsabilidade da cidadania organizacional. In: FLEURY, Maria Thereza Leme (Coordenadora). **As pessoas na organização**. São Paulo: Editora Gente, 2002.